

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.900 - BA (2019/0350550-1)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : ROSEANE BARBOZA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ROSEANE BARBOZA SILVA, representada pela Defensoria Pública estadual, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que denegou a ordem visada no *Writ* n. 8013470-83.2019.8.05.0000 para manter a segregação cautelar decretada em seu desfavor nos autos da ação penal a que responde pela suposta prática do delito de tráfico de drogas.

Nesta via, a recorrente sustenta que não haveria fundamentação concreta para justificar o decreto da sua custódia cautelar, uma vez que embasada na gravidade em abstrato do delito.

Aduz que não teria sido demonstrado concretamente de que forma, em liberdade, ofereceria risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal, reputando ausentes os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma, ainda, estar gestante, com aproximadamente 32 semanas de gravidez, motivo pelo qual faria *jus* à prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do Código de Processo Penal e do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do HC coletivo n. 143.641/SP.

Requer, desse modo, o provimento do recurso para que seja revogada sua prisão preventiva, sem prejuízo de aplicação das medidas cautelares alternativas ou, subsidiariamente, seja deferida a prisão domiciliar, com a expedição de alvará de soltura.

A liminar foi indeferida.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

A insurgência não merece prosperar.

Isso porque, das informações obtidas junto ao Tribunal de origem, se verifica que, em **15/10/2019**, foi revogada a prisão preventiva da ré, mediante imposição de medidas cautelares alternativas à prisão, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente apelo.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator